

# FORMAÇÃO DO ESPAÇO DO PONTAL DO PARANAPANEMA A PARTIR DA CONTRIBUIÇÃO E FORMAÇÃO ÉTNICA: KAINGANG, MINEIROS E PAULISTAS<sup>1</sup>

David Emanuel Madeira Davim<sup>2</sup>  
Ruth Künzli<sup>3</sup>

## Introdução

Ao término do século XIX o Pontal do Paranapanema, anteriormente denominado de Região da Alta Sorocabana, era qualificado como território desconhecido, de escasso povoamento e habitado por índios “perigosos”. Algumas expedições científicas, bandeiras e missões religiosas explorariam essa região durante o período anterior ao da colonização (séc XIX e XX), que corresponde ao princípio de sua ocupação não-indígena. Este povoamento consistiria em um conjunto de grupos migratórios de distintos objetivos, entre eles, primeiramente, estariam os mineradores (devido à decadência desta atividade no Estado de Minas Gerais) e os paulistas das regiões velhas. A entrada pelo sertão contaria com um obstáculo principal, a existência de grupos indígenas (Kaingang entre outros). Os índios fixavam moradia temporária à beira dos rios, dificultando o transporte dos desbravadores pelos afluentes paulistas e paranaenses do Rio Paranapanema. Os trajetos de penetração mais seguros eram os campos que, porém exigiam maiores esforços.

Os **Kaingang** formavam o grupo indígena que mais apresentou resistência a esse processo colonizador e isto se comprova através de relatos registrados durante os séculos XVIII e XIX. Ocorreram inúmeros conflitos entre os Kaingang e colonizadores, que comprovam a reação, luta e revolta destes indígenas. No entanto essa rebeldia não foi capaz de conter a **nova estruturação espacial** que aos poucos se apresentava.

A primeira situação de povoamento do Pontal surgiu com os desbravadores mineiros. Mas estes habitantes, vindos das **Regiões das Minas**, não contribuíram

muito na simplificação da então formação étnica do Sertão Paulista, pois em Minas Gerais os acontecimentos migratórios foram inúmeros, tornando a questão um tanto complexa. Os paulistas apareceriam posteriormente na região, impulsionados por empreendimentos agrícolas, principalmente o cultivo do café.

---

<sup>1</sup> Parte deste material foi extraído do relatório de Pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Bolsa PAE dos anos de 2003 e 2004.

<sup>2</sup> Unesp – Presidente Prudente - Orientando

<sup>3</sup> Unesp – Presidente Prudente - Orientadora

A **Estrada de Ferro Sorocabana** foi um importante contribuinte no andamento da ocupação, no processo de exploração e colonização das terras paulistas do oeste. A princípio, a ferrovia teria se originado para o escoamento de ferro da fábrica de São João do Ipanema, mas o plantio do café fez acontecer a sua expansão. Após o período da Primeira Guerra Mundial, a região do Paranapanema abre-se ao intenso povoamento. O transporte mais rápido, seguro e barato oferecido pela Sorocabana trazia os **compradores de terras** para a região. A cidade de Presidente Prudente surgiria em meio a estas conquistas pelo sertão. Ela nasceria da junção de dois primitivos núcleos urbanos que existiram, mais precisamente, para a comercialização de terras. Estes núcleos urbanos seriam formados em uma sistemática de colonização e tinham como proprietários os coronéis **Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes**, em 1917.

Fica uma verdadeira incógnita a respeito das aparições indígenas durante os primórdios da cidade de Presidente Prudente; um dos poucos registros existentes que relatam sobre a época, **Memórias de Um Picadeiro** de Francisco Cunha, não é capaz de esclarecer definitivamente essa questão. Em suas crônicas, Francisco Cunha, (conhecido como “João do Mato”, agrimensor responsável pela demarcação das terras do Coronel Marcondes) comenta sobre o temor e a curiosidade das pessoas por saber realmente sobre a existência de indígenas na Região.

Em cada etapa da ocupação humana da região do Pontal do Paranapanema, o referido espaço sofreria modificações estruturais. Estas alterações seriam frutos das distintas produções culturais que atuaram no espaço no decorrer do tempo pré-histórico e histórico da região. Os estudos, na primeira fase deste trabalho, centralizam os períodos pré-histórico, (de pré-colonização) e de colonização, onde os agentes culturais modificadores do espaço seriam, em primeiro lugar, os indígenas (em especial os Kaingang ou seus respectivos ancestrais) e em segundo lugar, os colonizadores mineiros e colonizadores paulistas das Regiões Velhas.

## **Resumo da Pesquisa**

Para dar início a essa busca, direcionei os meus estudos para os indígenas da região, o que me alertou para novos objetivos dentro do trabalho. Em consequência disto passei a pesquisar a origem destes índios, as suas histórias e seus destinos.

Dos ameríndios encontrados na região, quatro grupos são apontados como principais. Dentre eles, os índios Kaingang constituíram o grupo no qual centrei as minhas investigações, por acreditar e constatar sua maior importância histórica em meio aos outros índios e também por serem os únicos que possuem uma bibliografia mais específica. Com o desenvolvimento deste estudo foram surgindo novas preocupações, das quais a principal foi a busca por compreender os períodos pré-coloniais e coloniais do Pontal do Paranapanema.

Esta decisão tornou-se o passo inicial para o entendimento da formação étnica da região, antiga Alta Sorocabana.

Com o passar do tempo fui me envolvendo com novas leituras e outras perspectivas científicas, o que me fez reestruturar os objetivos do trabalho, incrementando o estudo com uma análise mais geográfica. Atualmente a proposta não seria somente a compreensão étnica da região, mas também o entendimento e análise sobre a formação desse espaço pela ótica da contribuição étnica.

Resumidamente a trajetória se revelaria da seguinte forma: Com cada etapa de ocupação humana da região do Pontal do Paranapanema, o referido espaço sofreria modificações estruturais. Estas alterações seriam frutos das distintas produções culturais que atuaram no espaço no decorrer do tempo pré-histórico e histórico da região. Na altura em que o trabalho se encontra, não podemos ainda afirmar se o produto espacial constituído no final do período colonial teve a contribuição de todos dos grupos étnicos mencionados. Também não podemos confirmar se o perfil étnico do Pontal, o produto humano da região, é resultado de possíveis miscigenações entre as etnias trabalhadas. Também não podemos confirmar se o perfil étnico do pontal é resultado de miscigenação e trocas culturais. O que seguramente podemos apontar é que a relação étnica (seja conflito ou conciliação e troca) entre indígenas e colonizadores gerou uma formação espacial onde claramente percebemos que a cultura tecnologicamente mais complexa e avançada impôs seus padrões, uma conquista maior no sentido de transformação do meio natural. Obviamente essa conquista se deu às custas de extermínio e da exclusão étnica por parte dos colonizadores em relação aos ameríndios do Pontal

### **Cultura e Espaço**

Desenvolveremos, a partir de então, alguns conceitos e definições relacionando cultura e espaço, o que nos proporcionará uma melhor compreensão sobre o como se dá a formação étnica no Pontal do Paranapanema.

Há tempos os estudiosos vêm formulando conceitos na tentativa de explicar o que é cultura. Decorrente destas tentativas nos deparamos atualmente com uma infinidade de conceitos que se completam e que se antagonizam nesta difícil busca de definir o objeto. A diversidade de conclusões sobre “cultura” se apresenta justamente por causa da complexidade teórica que esse conceito vem acumulando ao decorrer do tempo. Não é por menos que nos dias de hoje definir o que é cultura ainda representa um desafio para as ciências humanas.

Autores como o antropólogo Roger Keesing, o neoevolucionista Leslie White, entre outros, apontam que para assegurar a sua sobrevivência, o homem durante a sua existência

buscou manter uma relação adaptativa com o meio que o cerca. Para isso ele utilizou-se de algo que nenhum outro ser vivo na terra possui, a cultura. Tendo por base a compreensão teórica de alguns estudiosos sobre a cultura, entendemos que para que essa viesse a existir foi necessário o desenvolvimento de três fatores importantes para a vida humana: uma estrutura psíquica capaz proporcionar raciocínio, inteligência (de vencer a barreira da inconsciência) e o constante choque deste organismo com a realidade e o convívio social.

O cérebro humano modificou-se lentamente durante o processo evolutivo dos primatas, o que ocasionou ao homem uma capacidade intelectual que provavelmente serviria de base para o surgimento da cultura. Este cérebro se desenvolveu a partir de estímulos que foram surgindo durante as etapas evolutivas, representadas nas peculiaridades de sobrevivência dos respectivos ancestrais do homem: A vida arborícola provavelmente proporcionou aos primatas uma visão estereoscópica, capaz de distinguir cores, que combinada com a capacidade de utilizar as mãos, proporcionou a estes seres uma melhor percepção permitindo uma eficiência incomum de analisar a materialidade. O bipedismo permitiu ao homem uma postura ereta que progressivamente desencadeou estímulos para o cérebro. Muitos autores apontam que o ser humano não é apenas produtor, mas também produto da cultura. Esta afirmação retrata a idéia de que o desenvolvimento cultural aconteceria antecipadamente ou simultaneamente com o desenvolvimento biológico humano.

O desenvolvimento físico e mental do organismo humano foi o suficiente para o surgimento da cultura. Porém este ser em evolução (o homem) sofreria também de experiências que podemos qualificar como choques constantes com o meio circundante, se adaptando a este e resolvendo os problemas surgidos (homem x meio). A vida em sociedade é indispensável para o surgimento, transmissão e perpetuação da cultura, pois é necessário haver vida em sociedade para que o processo de experimentação seja completo através do choque social (homem x homem).

Alguns autores definem cultura como um sistema cognitivo (aquisição de conhecimento). Dentro deste seguimento interpretativo temos as determinações do antropólogo Francês Cloude Lévi-Strauss para o qual a cultura é qualificada como sistemas estruturais. Esta estruturação é formada por princípios da mente humana: o mito, a arte, o parentesco e a linguagem. Lévi-Strauss acredita que a humanidade possui uma unidade psíquica de forma inconsciente muito semelhante ao instinto, o que explica, por exemplo, a existência de traços culturais paralelos. Para autores como Cliford Geertz e David Schneider, cultura é um sistema simbólico, mais especificamente um conjunto de mecanismos de controle, receitas, regras e instruções que comandam o comportamento humano, algo que poderíamos comparar a um programa de computador.

Nossa meta é participar diretamente dessa discussão teórica sobre a definição de cultura e nos apropriarmos de sua importância para uma análise geográfica e de sua influência para a formação do espaço já que ambos, cultura e espaço, compartilham fatores comuns para seus surgimentos e estruturas: conformação ambiental e vida em sociedade.

Essa estruturação psíquica da mente humana denominada de cultura se externaliza de muitas maneiras e a que mais nos interessa é o processo adaptativo, promovedor da relação homem x meio e homem x homem. Em cada cultura o ser humano demonstra uma forma peculiar de conformar o espaço em seu benefício e esta conformação se modifica com o passar do tempo, no decorrer da história, ao desenvolver do conhecimento, no miscigenar das diferentes etnias, nas trocas e substituições culturais. É esta análise que pretendemos desenvolver.

### **Arqueologia Kaingang**

Os registros mais atualizados sobre a origem arqueológica dos Kaingang estão presentes nas pesquisas decorrentes dos trabalhos científicos realizados na Região Meridional do Continente Sul-americano. É evidente que os indígenas Kaingang da porção mais meridional do Brasil se distinguem dos que habitavam o Oeste Paulista, mas muito do que foi concluído nessas pesquisas será útil para a nossa interpretação, principalmente no que trata da migração do homem primitivo, naquilo que hoje definimos como território Brasileiro, e sobre o modo de vida Kaingang no período Pré-colombiano. Muitas das afirmações aqui expostas complementam o que foi concluído por alguns autores que se propuseram a pensar e pesquisar sobre estes índios.

Segundo Noelli (1999-200) existiram, basicamente, três levas humanas que ocuparam a porção meridional do continente Sul-americano. A primeira destas três ocupações provavelmente aconteceu entre 12.000 a 13.000 anos atrás, por culturas tradicionais denominadas: **Umbu e Humaitá**. É bem provável que esta primeira leva de ocupantes possuíssem características não mongolóides, com semelhanças morfológicas dos aborígenes da Oceania. A região só passaria a sofrer alterações com a chegada de outras duas levas humanas, cultural e biologicamente distintas: As tradições **Tupi e Macro-Jê**. Estes grupos humanos apareceriam no continente Sul-Americano há aproximadamente 2.500 anos atrás e tinham traços mongolóides, o que é comum na morfologia dos ameríndios atuais. De acordo com as investigações científicas realizadas no sul do Brasil, as culturas Tupi e Macro-Jê dominaram as principais bacias hidrográficas da região há aproximadamente 1000 anos atrás, graças, talvez à expulsão, assimilação e extermínio das populações de cultura Umbu e Humaitá que chegaram na região muito antes. A existência das tradições Umbu e Humaitá na região, que hoje representa o sul do Estado de São

Paulo, a região Sul do Brasil e o Uruguai, fora constatada devido aos vestígios arqueológicos encontrados. A população Umbu basicamente se abrigava de três formas: a céu aberto, sob rochas e em cerritos. A preparação de artefatos de pedra lascada era uma atividade predominante desta cultura que, durante 6.000 anos, preservou os seus padrões tecnológicos. A tradição Humaitá revela diferenças mínimas com relação à tradição Umbu. Os dois povos ocuparam o mesmo espaço geográfico, que compreendia a área ao sul do Rio Jacuí ( Rio Grande do Sul). As populações Umbu e Humaitá conviveram nesta região por mais ou menos 8.000 anos. Uma das diferenças mais destacáveis entre estas primitivas tradições era a diferença ambiental de domínio territorial: a Umbu predominava nos ambiente campestres e a Humaitá nas florestas.

Já recentemente, de acordo com o trabalho de Noelli, os povos Jê do Sul são formados por dois grupos historicamente conhecidos: Kaingang e Xokleng. Estes grupos indígenas possuem uma matriz cultural denominada de “Macro-Jê”, e provavelmente são originários da região Centro-Oeste do Brasil e tinham, diferentemente dos povos de tradição Umbu e Humaitá, características mongolóides. Devido aos registros arqueológicos encontrados e analisados, podemos ter uma possível compreensão do que foi a movimentação dos povos de cultura Macro-Jê pelo que hoje definimos como território brasileiro. Entre o período de 2.000 a 1.000 atrás, os povos de cultura Tupí Guarani empurraram os Jê do Sul para as terras mais altas e frias da região Sul do Brasil, afastando-os dos grandes rios e afluentes da região Centro-Oeste e parte das regiões Sudeste e Sul. Há 700 anos atrás os Jê do Sul também seriam expulsos do litoral, pelos povos Tupi Guarani. Com a chegada dos colonizadores europeus, a tradição Tupí, que detinha o domínio litorâneo, sofreria com guerras, epidemias e escravidão, cedendo assim o seu território aos brancos. Com o passar do tempo a cultura ocidental foi, progressivamente, tomando as terras dos Jê do Sul.

Podemos então traçar um paralelo entre as afirmações arqueológicas de Noelli e a suposição histórica de Carlos Teschauer, que está presente nos estudos da historiadora Niminon Susel Pinheiro. Para Noelli, os Guarani, provenientes da região Amazônica, vieram progressivamente empurrando os Kaingang e Xokleng para a porção meridional do continente Sul-americano. Como se não bastasse, os Guarani se apossariam também do litoral da região, enxotando mais uma vez Kaingang e Xokleng, agora para um “bolsão territorial”, distante do litoral e dos grandes rios do Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Teschauer, diferentemente de Noelli, acredita na ancestralidade dos Kaingang a partir de uma tribo Tapuia, os Gaianá, que, antes do período Colonial, havia perdido o litoral para os Tupi. Localizados ainda próximo ao litoral estes indígenas adentraram ainda mais o sertão, fugindo dos colonizadores portugueses recém instalados. Algumas frações do processo

migratório, descrito pelos estudiosos, coincidem em muitos aspectos. Talvez ainda devamos deixar como incógnita a possível ancestralidade dos Kaingang.

Os Jê do Sul eram agricultores, ao contrario do que afirmam muitos arqueólogos. Muito destes cientistas apontam que os hábitos de caça e coleta destes grupos indígenas só foram alterados devido ao contato com os europeus, o que para Noelli é um equívoco. Alguns estudos mais recentes apontam o manejo florestal como um forte indicador de atividade agrícola por parte dos Kaingang e Xokleng. Botânicos já indicam que a existência de algumas florestas do Sul do Brasil é fruto de atividade humana (Florestas antropogênicas manejadas por ameríndios ao longo de 2.000 anos). Este manejo florestal proporcionava a sazonalidade de várias espécies, permitindo a atividade de coleta e caça, que garantia uma subsistência para estes indígenas.

Os Kaingang desenvolviam tecnologias de cultivo em clareiras na floresta e em outros lugares. Muitos cronistas, ao notarem as plantações realizadas fora do tradicional ambiente de roça, produzindo variedades de espécies por mais de 15 anos, acreditam que aquilo seria apenas simples práticas de coleta. Eram utilizados nestas atividades, instrumentos de caça individuais e armadilhas tanto de uso individual como coletivo. A maioria dos sítios arqueológicos se encontrava próximo a cursos d'água, onde navegavam e realizavam a pesca para a qual utilizavam dois tipos de armadilhas: uma era específica para corredeiras e funcionava como uma barreira que conduzia o peixe para um cesto; a outra era utilizada em águas mansas e possuía propriedades químicas que atordoava e envenenava os peixes ("Ictiotóxicos" como por exemplo, o timbó ). O consumo de vários tipos de larvas era garantido pelos Kaingang através de uma atividade de criação. Para tal atividade era necessário o apodrecimento proposital de algumas arvores através da derrubada, propiciando assim o aparecimento de larvas de borboletas, cupins, formigas, abelhas e vespas. O mel das abelhas também era muito consumido por essa tribo.

Para o exercício de subsistência existia, entre os Kaingang, uma estratégia de circular pelo território, sempre respeitando uma temporalidade ligada à oferta de alimentos que se poderia extrair em diversas áreas adjacentes à aldeia principal. Este circuito estratégico se iniciava com a colheita da roça já cultivada. Encerrada a plantação alguns grupos se dividiam em busca das áreas antigas de manejo, onde muitos vegetais poderiam ser coletados (pinhões, palmitos, etc), ambientes que muitas vezes coincidiam com locais de caça e pesca. Talvez devido a este ciclo de atividade se induziu à interpretação de nomadismo entre os Jê do Sul e em destaque os índios Kaingang.

De acordo com a obra de Pinheiro os Kaingang do período Colonial eram caracterizados com um grupo indígena nômade, desprovido de técnicas agrícolas e de criação de animais. Comparando estas dados de Pinheiro com as conclusões de Noelli

sobre a agricultura Kaingang, um primeiro instante poderíamos pensar em uma discordância teórica. Na verdade é mais cabível afirmar que o Kaingang Pré-histórico, devido às suas sucessivas reestruturações territoriais (abandono de suas áreas agrícolas e de manejo principalmente, devido à dominação Guarani) foi com passar do tempo modificando sua herança cultural, alterando assim sua transmissão tecnológica e sua produção material. É bem provável que os Kaingang foram perdendo a sua capacidade de cultivar a terra.

### Os Indígenas e o Território

Os principais grupos indígenas que pertenciam à territorialidade do Pontal, (Alta Sorocabana) durante o período Pré-Colonial e Colonial, foram quatro: os Oti ou Falsos Xavante, os Caiuá-Guarani, os Kaiapó e os Kaingang (Coroados), o então grupo indígena mais numeroso. A maioria das tribos acabaram por se sujeitar na escravização. A nação **Kaingang** foi a que mais apresentou resistência a esse processo e isto se comprova devido aos acontecimentos históricos registrados durante os séculos XVIII e XIX. Ocorreram inúmeros conflitos entre os Kaingang e colonizadores que comprovam a reação, luta e revolta destes indígenas. No entanto essa rebeldia não foi capaz de conter a **nova estruturação espacial** que se apresentava. Os Kaingang e os demais grupos indígenas perderam sucessivamente as suas terras para os desbravadores, colonos e grileiros, para os grandes proprietários e agricultores e, em consequência, para os inúmeros avanços do progresso que surgiam (ex: Estradas de Ferro, Núcleos Urbanos).

Anteriormente ao processo de povoamento “não-índio” da região, os Kaingang localizavam-se nos **campos** do Sertão Paulista. Por serem nômades, segundo Pinheiro, conseqüentemente não faziam roça, preferiam coletar frutas e raízes que se desenvolviam nestes campos. Realizavam atividades de caça ao longo dos rios e matas ciliares, as quais eram abundantes em vida animal. A aparição do homem branco fez com que os indígenas recuassem para as **matas**, no intuito de se protegerem. Desde então, navegar pelos rios da região passou a ser uma atitude arriscada: os Kaingang apresentavam o hábito de fincar e espalhar espinhos pontiagudos nas trilhas das florestas, a fim de impedir que intrusos se aproximassem delas.

Segundo Pinheiro (1992) o estudioso Carlos Teschauer dizia que os índios Kaingang possuíam uma ancestralidade com um outro grupo indígena que habitou o litoral Paulista durante os séculos XVI e XVII (Início da Exploração Colonial). Estes eram os **Guaianá**, o mais populoso grupo indígena Tapuia, que se localizavam na faixa litorânea que se estendia de Angra dos Reis até Cananéia. De acordo com alguns pesquisadores, os índios Kaingang apresentavam muitas semelhanças com os Guaianá, semelhanças evidentes devido aos hábitos nômades, presentes nas duas tribos: particularidades na linguagem, a preferência pelo aprisionamento e não a antropofagia para com os seus prisioneiros de guerra e a



resistência á escravidão. Por não se adequarem ao colonialismo dos séculos XVI e XVII os Guaianá foram forçados a **adentrar o Sertão** à procura de proteção. A descendência Kaingang pode então ser entendida através desse **processo migratório**. A maioria das informações recolhidas, a respeito dos indígenas da região, tiveram suas origens nos contatos realizados pelas expedições científicas, através dos colonos, bugreiros e alguns funcionários públicos da época. Registros que constatarem bem a ótica etnocêntrica. Por outro lado, há indícios de que os Kaingang teriam a sua ancestralidade ligada a grupos humanos que teriam vivido durante o período pré-histórico nessa região que hoje denominamos Oeste Paulista (como o visto na opinião de Noelli).

### **O Sertão Paulista e o Desbravamento.**

Ao término do século XIX, o Pontal do Paranapanema, anteriormente denominado de Região da Alta Sorocabana, era qualificado como território desconhecido, de escasso povoamento e habitado por índios “perigosos”. O também chamado sertão paulista, (localizado a oeste do estado, além do município de Botucatu e entre os rios Paraná, Paranapanema e Peixe), estava prestes a se ver em um processo de povoamento heterogêneo. Este povoamento consistiria em um conjunto de grupos migratórios de distintos objetivos. Primeiramente, a decadência do ouro provocaria uma intensa migração da província de Minas Gerais para as demais regiões do País, entre elas o atual oeste do estado de São Paulo. Muitos mineiros desamparados pela decadência da atividade extrativa, optaram por desbravar territórios paulistas, com a finalidade de possuir terras e se dedicar à agricultura de subsistência e à pecuária bovina e suína.

O que também proporcionou diferentes correntes migratórias fora as comunicações existentes entre as províncias. Havia rotas de comércio que ligavam as regiões Sul e Sudeste. Exemplo disto seria a comercialização de mares que vinham do Rio Grande do Sul a fim de abastecer as feiras em Sorocaba e suprir as atividades auríferas em Minas Gerais.

Um dos primeiros desbravadores dos Sertões do Paranapanema foi José Teodoro de Souza, exemplo que comprova o princípio de povoamento. Vindo de Minas Gerais, entraria pelo Sertão Paulista e delimitaria as suas posses, arregimentaria gente e, dando continuidade, fundaria os primeiros povoados da região. A partir daí o prosseguimento da alienação de terras dar-se-ia por iniciado.

A entrada pelo sertão apresentaria um obstáculo principal à existência de grupos indígenas. Os índios fixavam moradia temporária à beira dos rios, dificultando o transporte dos desbravadores pelos afluentes paulistas e paranaenses do Rio Paranapanema. Os trajetos de penetração mais seguros eram os campos, porém exigiam maiores esforços. Os desbravadores nesta época ainda não se interessavam pelo plantio do café, que já vinha

fazendo sucesso nos arredores da cidade de São Paulo e demais regiões do Vale do Parnaíba. A razão do fato era devido à distancia e às dificuldades de transporte para uma possível safra, bem como a falta de mão de obra.

## Os Mineiros

Aí está a primeira situação de povoamento do Pontal: os desbravadores mineiros em conflito com os índios Kaingang. Mas estes habitantes, **vindos das Regiões das Minas**, não contribuíram muito pouco para a simplificação da então formação étnica do Sertão Paulista, pois em Minas Gerais os acontecimentos migratórios foram inúmeros, tornando a questão um tanto complexa. Após a descoberta de metais e pedras preciosas na região mineira surgiu uma grande corrente migratória de **Portugal** e também de algumas ilhas do Atlântico para o Brasil.

“Durante os primeiros sessenta anos do século XVII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variadas condições, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros”. (Fausto,2001)

A coroa Portuguesa até tentava estabelecer limites para a entrada na região das minas, mas o que se percebeu foi um fracasso, diante do número de portugueses e brasileiros que entravam na região. Dos brasileiros (Definição trabalhada por Darcy Ribeiro), a maioria eram **nordestinos**, principalmente **baianos**, que já enfrentavam dificuldades econômicas devido ao enfraquecimento da agricultura de cana de açúcar. Uma outra interferência brasileira, de quantidade considerável, eram os próprios paulistas e seus escravos indígenas das regiões velhas. Estes ainda reivindicaram a exclusividade nas concessões de **exploração do ouro**. A coroa não desejava que Minas Gerais se transformasse em um território livre e persistiu, proibindo a entrada dos frades e escravos negros. Transformaria os acampamentos dos garimpeiros em núcleos urbanos e determinaria a qualidade de capitania à região das minas. Tudo isso devido ao temor das situações de saques e perda de controle devido à forte migração.

## As Regiões Velhas

A origem das regiões velhas paulistas se dá nos séculos XVI e XVII, com a chegada dos colonizadores e suas instalações pelo litoral. Muitas destes colonizadores tinham como meta o cultivo da cana de açúcar e a construção de engenhos (que não seriam promissores em vista da concorrência com os do nordeste do país). Era comum a presença dos índios na região, o que atraía os interesses dos jesuítas. Estes, por sua vez, enfrentariam o primeiro

obstáculo para a interiorização, que seria a escalada da serra do mar. Tanto os missionários como os colonizadores insistiam na entrada para o sertão, sendo que cada qual possuía os seus objetivos. Pelos colonizadores foram constituídas as **Bandeiras**, que seriam as grandes marcas das sociedades paulistas do século XVII. As suas buscas eram por índios, que seriam utilizados no trabalho escravo (até por que, naquela época, escravos africanos eram difíceis de adquirir nas regiões sul e sudeste) e por metais preciosos. Na época, os paulistas eram fortemente **influenciados pela cultura indígena** e simbolicamente denominados de sociedade rústica pela **proximidade de brancos e índios**. Mas isso não resultava em uma espécie de democracia, o que existia era uma evidente dominação branca.

As Bandeiras propiciaram a expansão das fronteiras brasileiras e estavam distantes de um propósito urbano-civilizador. Eram liderados por brancos de origem e descendência Portuguesa e por um maciço contingente constituído por mestiços (**mamelucos**) e índios.

### **O Pontal como Lugar de Fronteira**

Em seu princípio histórico o Pontal do Paranapanema poderia ser compreendido como um lugar de fronteira, onde os interesses de avanço demográficos são avassaladores, em suas intenções de ocupar terras. No entanto, estas terras já possuíam uma espécie de ocupação, a indígena. Decorrente disto podemos entender a situação de fronteira no Pontal, (durante o término do século XIX), como um lugar de disputas étnicas, num primeiro momento e, com o passar do tempo, um lugar de disputas sociais. Um lugar no qual está presente a alteridade, onde ocorreram descobertas e desencontros. Descobertas pela própria situação de estranhamento entre “os Eus e os Outros”, entre os diferentes: O índio e o não índio. Desencontros tanto no sentido da diferenciação como na compreensão sobre a realidade, (que é o caso das divergências ideológicas entre os índios e desbravadores e colonizadores) como na diferenciação de temporalidades históricas e apropriação espacial.

Pórem, classificar o lugar da fronteira em um dado momento histórico é trabalhar com diferentes designações: Frente Pioneira e Frente de Expansão. Estas designações possuem sentidos distintos, representando visões diferenciadas sobre a fronteira, mas que podem ser sintetizadas em uma única análise. As expressões mencionadas partem de uma distinção científico-metodológica. Segundo **Martins**, os Geógrafos usam a designação de Frente Pioneira para representar o avanço das forças produtivas sobre um determinado espaço; os exemplos seriam o empreendimento (a empresa, a lavoura) e sua respectiva ocupação. A análise geográfica da Frente Pioneira descarta o índio, não qualificando seu papel como um ocupante, um agente do território. Exemplificando, seria como se os índios Kaingang fossem alcançados pela civilização, como se eles estivessem esperando o seu fim.

Já a Frente de Expansão acrescenta o índio em sua análise, colocando o avanço branco ou não-índio sobre a territorialidade indígena. É claro que existe uma ligação deste avanço da fronteira com a reprodução ampliada do capitalismo, mas não de forma tão preferencial quanto a designação de Frente Pioneira. A Frente de Expansão se atribui em conotações demográficas, a Frente Pioneira conotações econômicas. A síntese destas idéias proporcionaria a seguinte interpretação sobre a fronteira: a Frente de Expansão estaria entre a Fronteira Demográfica e Fronteira Econômica e a Frente Pioneira estaria logo atrás da Fronteira Econômica. Exemplificando, seria o seguinte: no princípio histórico do Pontal a aventura dos mineiros em desbravar o sertão poderia ser entendida como o avanço de uma fronteira demográfica não indígena, culturalmente ocidentalizada. A Frente de Expansão estaria bem atrás desta Fronteira Demográfica, trazendo, de maneira mais definitiva, os proprietários de terras. Com a chegada do empreendimento paulista, da linha férrea, do processo de alienação de terras, se estabeleceu a Frente Pioneira, tendo como seu marco mais destacável o nascimento de núcleos urbanos como a Cidade de Presidente Prudente (pólo centralizador da região)

### **“Pacificação”**

No início do século XX as práticas de extermínio e de etnocídio surgiram como uma solução aceitável para a manutenção dos interesses nacionais de expansão e desenvolvimento. O indígena, na maior parte do território nacional, era classificado como o símbolo do atraso, que ia contra os ideais de trabalho e progresso: um verdadeiro empecilho para a colonização. Era normal a prática de chacinas e massacres, aceitáveis pela lei, portanto um ato institucionalizado. Mas a repercussão internacional destes acontecimentos geraria uma pressão externa para a redefinição do destino das populações indígenas do Sul e Sudeste do Brasil. No Congresso Internacional dos Americanistas em Viena surgiria uma acusação contra colonizadores brasileiros e europeus da região Sul do País, de serem os responsáveis pela escravização, raptos, assassinatos e introdução de doenças contagiosas nas aldeias indígenas. Presentes neste congresso estavam representantes das comunidades científicas do Brasil e do mundo, solicitando ao governo brasileiro que tomasse conhecimento do fato e cessasse o extermínio. Devido também a esse episódio, com a iniciativa do Marechal Rondon, em 1910, criou-se a SPI (Serviço de Proteção ao Índio) que tinha como objetivo primordial a proteção das comunidades nativas. Logo de imediato surgiu uma proposta de pacificação e integração, que tinha como base de suas intenções fixar os índios em um território. Para a maioria das tribos, isso seria o fim das atividades de caça e coleta. Para as tribos nômades, como os Kaingang, a vida em reserva atingiria a sua cultura de forma drástica; a única forma seria a prática agrícola, que parecia ser a única via de subsistência. A “pacificação” Kaingang ocorreria em 1912 e sua

efetivação seria realizada pelos próprios funcionários do SPI juntamente com os índios Kaingang originários do Paraná e do Estado de São Paulo.

### **A Cultura do Café, a Estrada de Ferro a Primitiva Estruturação Espacial Urbana e o Surgimento de Presidente Prudente.**

Em São Paulo, a cultura do café desenvolveu-se inicialmente na região que compreende o Vale do Rio Paraíba. No início do século XX esta região começou a apontar uma visível decadência por motivo do esgotamento do solo, erosão e mão de obra insuficiente. Já no século XIX existiam lavouras de café na porção oeste de São Paulo, só não havia estímulos para uma produção de maior escala. **A exaustão dos solos no Vale do Paraíba** abriu o Oeste Paulista para agricultores de café, em busca de terras devolutas e de qualidade. O que atraía muito os agricultores ao oeste era a existência de “terra roxa”, que intensificava a produção de café.

A **Estrada de Ferro Sorocabana** foi um importante contribuinte no andamento da ocupação em terras paulistas do oeste. A princípio, a ferrovia teria se originado para o escoamento de ferro da fábrica de São João do Ipanema, mas o plantio do café fez acontecer a sua expansão. Após o período da Primeira Guerra Mundial, a região do Paranapanema abre-se a intenso povoamento. O transporte mais rápido, seguro e barato, oferecido pela Sorocabana, trazia os **compradores de terras**. Ao longo da Ferrovia os núcleos urbanos se multiplicavam. No período de sete anos, a ferrovia avançaria da cidade de Botucatu a Salto Grande (1909), após oito anos chegaria a Assis (1914) e neste ritmo alcançaria Presidente Prudente (1917) e as barrancas do rio Paraná em mais cinco anos (1922). Antes de alcançar as regiões interioranas, a Sorocabana experimentaria um plano de integração a um sistema de navegação fluvial pelos rios Tibagi e Paranapanema, mas não houve sucesso porque, de acordo com as expedições científicas de Teodoro Sampaio, estes rios não poderiam ser navegados e o projeto modificou-se.

A cidade de Presidente Prudente surgiria em meio a estas conquistas pelo sertão. Ela nasceria da junção de dois primitivos núcleos urbanos, que existiram, mais precisamente, para a comercialização de terras. Estes núcleos urbanos teriam sido formados nesta sistemática de colonização e tinham como proprietários os coronéis **Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes**. Estes não eram chamados de coronéis por respeito à patente militar, pois não a possuíam; o tratamento era devido ao **status** que os proprietários tinham diante da sociedade que ali se formava, ou seja a posição de latifundiários detentores dos meios de produção.

A Vila Goulart fora fundada na Fazenda Pirapó - Santo Anastácio (localizada, junto com a Fazenda Montalvão, nas vertentes do Rio Paranapanema e do Rio do Peixe até o Rio Paraná) que fora adquirida por permuta. O Coronel Goulart estava interessado em abrir uma

fazenda para o cultivo de café e cereais. Goulart e um grupo de sertanistas utilizaram para a viagem a estrada de ferro Sorocabana até os respectivos limites (Regente Feijó), depois continuaram a pé pela estrada boiadeira (picadão) que viria a ser o futuro trajeto da Sorocabana. O Coronel armou acampamentos pelo vale do **Rio Santo Anastácio** e seus respectivos afluentes e assim, ao saber previamente onde seria a estação ferroviária mais próxima daquele local, planejaria um núcleo urbano que resultaria, tempos depois, na cidade de Presidente Prudente. Em 14 de setembro de 1917 (de acordo com Abreu, 1972) daria por iniciada a derrubada de trechos da mata virgem e o preparo de um roçado de milho, na Fazenda Pirapó – Santo Anastácio (até hoje 14 de setembro de 1917 é considerada a data de comemoração do aniversário da cidade) . A marcha do café se estenderia pelo extremo Oeste de São Paulo, trazendo compradores de terras. Goulart já esperava por isso e utilizava na venda de suas terras a forma de agregação (o interessado pela terra tinha a autorização de abrir a mata e iniciar o cultivo agrícola). O tamanho e a localização das terras eram a gosto do comprador, pois o método de venda do Coronel Goulart não obedecia a nenhuma racionalização. Por estes acontecimentos a frequência da entrada de elementos humanos pelo Sertão era inevitável e seus constituintes eram colonos que sonhavam com propriedades e trabalhadores diaristas (vinham tanto em grupo como isoladamente). Além da comercialização das terras, Goulart preocupava-se muito com a criação do núcleo urbano e seu rápido crescimento (o objetivo era atrair e fixar compradores).

Na margem direita da linha férrea (Sorocabana) estavam as terras do Coronel Marcondes. A gleba Montalvão estava situada ao norte do espigão que dividia o Rio Santo Anastácio e rio do Peixe. O Coronel Marcondes iniciaria as suas atividades após a fundação da Cidade de Presidente Prudente, mais especialmente a partir de 1919 (atividades que consistiam em venda de terras). Diferentemente do Coronel Goulart, Marcondes pagava os serviços para a delimitação e medição de seus lotes de terras a serem vendidos. O responsável por esse trabalho era o agrimensor Francisco da Cunha. Era exigido que todos os lotes possuíssem terras altas e água para o pasto. O curioso é que, naquela época, os trabalhadores das picadas (picadeiros), em meio à atividade exaustiva de entrar pela mata exuberante da região e delimitar terras, sustentavam rumores muito convincentes a respeito da aparição de indígenas.

O Coronel Marcondes teve sucesso nas vendas de terras e, entusiasmado, começou a ampliar os seus negócios, inaugurando em 1920 a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio (organização comercial) com a participação de vários sócios. A Companhia Marcondes chegava a usar a estrada de Ferro Sorocabana para transportar **compradores de terras**.

**O Pontal Agrário: Os Compradores de Terras e os Trabalhadores.**

Segundo o historiador Dióres Santos Abreu, a maioria dos compradores de terras que vieram a Presidente Prudente, eram brasileiros oriundos, principalmente, das antigas zonas Mogiana, Araraquarense e da própria Sorocabana. Além destes brasileiros vieram também compradores estrangeiros como os portugueses, italianos e espanhóis, em maior expressividade, seguidos dos sírios libaneses, alemães, austríacos e japoneses, a maioria interessados no plantio de culturas alimentícias e principalmente o café.

As terras eram recobertas pela exuberante mata virgem (Mata Atlântica) do sertão e aqueles que as vendiam apostavam na existência de árvores de madeira nobre (ortigão, figueira branca, pau d'algo, pau jangada) como possíveis indicadores da boa fertilidade das terras. Quando a terra era vendida tinha, primeiramente, que ser desmatada, para então dar início a plantação. A técnica mais utilizada para executar a chamada "Limpeza da Terra" era a do "Machado e Fogo", mas, antes disso, o novo proprietário tinha que comercializar as árvores de madeira nobre (madeira de lei) que eram vendidas ainda em pé para os madeireiros que também exerciam atividades na região. Entre estes compradores de terras, agora recém-proprietários, os mais humildes realizavam o árduo trabalho de limpar o terreno através de seus próprios esforços ou com a ajuda de seus familiares. Os que podiam, contratavam trabalhadores volantes, muitas vezes também acompanhados de suas famílias, para executar o serviço pesado.

No início a estruturação espacial, as atividades econômicas e as relações sociais, principalmente as relações de trabalho, eram voltadas, como já foi dito, para a plantação de culturas alimentícias em especial o café. Segundo Abreu uma fazenda de café daquele período respeitava a seguinte estrutura:

"Logo que entravam na posse da terra, o proprietário e sua família alojavam-se como podiam, às vezes , até mesmo ao relento, sob a proteção das copas das arvores. No decorrer dos anos, a casa de moradia ia sendo construída, passando com o tempo e com a prosperidade de simples rancho aos cômodos de pau a pique barreado, cobertos com tabuinhas ou folhas de zinco, para a casa de tabuas e depois para a construção de tijolos cobertas de telhas. Era também indispensável uma tulha, um terreiro para secar café, um galinheiro rústico, forno, pocilga. Uma horta e um pomar, algumas vezes, encerravam as instalações." (Abreu, 1972).

Nem todos que chegavam à cidade de Presidente Prudente tinham condições de comprar terras e se tornarem proprietários. Para muitos sistemas, como o de empreitada, era uma das opções de conseguir dinheiro. Muitos fazendeiros o denominavam de sistema

de “água no córrego e mato em pé”. O trabalhador que se tornava empreiteiro recebia uma certa porção de terras, medidas em alqueires, para desmatar. No entanto, as madeiras de lei eram de posse do dono da terra, assim como a renda obtida na comercialização destas. O proprietário também tinha a responsabilidade sobre as despesas que envolviam o plantio do cafezal.

As empreitadas duravam em média 6 anos e antes do término deste período, fora a moradia, o empreiteiro tinha o direito de posse sobre os rendimentos dos cereais vendidos, dos animais criados e do café colhido. Completados os 6 anos, o cafezal formado era entregue ao proprietário. Sem dúvidas, os mais beneficiados com o sistema de empreitada eram os proprietários pois, apesar do cafezal já produzir no 3º ano após o plantio as colheitas mais expressivas só ocorriam apenas do 6º ano em diante. Portanto, o empreiteiro se colocava em uma situação de exploração na qual era incapacitado de se capitalizar o suficiente para adquirir suas próprias terras. Por outro lado o proprietário empregador tinha gastos mínimos em troca de um cafezal formado e preparado para produzir. Com o fim da empreitada, o trabalhador tinha duas alternativas, ou abandonava a propriedade ou continuava trabalhando sobre a ordem de um novo regime. Uma das alternativas era o sistema de colonato. Nesta lógica o trabalhador vendia sua força de trabalho em troca de um salário que tinha de suprir as necessidades de toda a sua família. O trabalhador e sua família tinham que, por responsabilidade, cuidar de um certo número de pés de café. O proprietário, desta vez, assumia a responsabilidade pelas despesas com a lavoura.

Um outro regime também posto em prática era o de Meação. O trabalhador que se tornava meeiro recebia do proprietário um certo número de pés de café para tomar de conta. O meeiro, além do direito a moradia, podia utilizar a terra para o cultivo agrícola, no caso para o café, em grande maioria, e pasto para a criação de animais. Todo o custeio do ano para o plantio ficava por sua conta e, ao chegar a época de colher, a produção era dividida ao meio entre Meeiro e Proprietário.

### **Relatos de um Picadeiro**

Fica uma verdadeira incógnita a respeito das aparições indígenas durante os primórdios da cidade de Presidente Prudente; um dos poucos registros existentes que relatam sobre a época, **Memórias de Um Picadeiro** de Francisco Cunha, não é capaz de esclarecer definitivamente essa questão. Em suas crônicas, Francisco Cunha, (conhecido como “João do Mato”, agrimensor responsável pela demarcação das terras do Coronel Marcondes) comenta sobre o temor e a curiosidade das pessoas em saberem realmente sobre a existência de indígenas na Região.

O velho picadeiro sempre reforçou a idéia de que ele mesmo nunca teve a oportunidade de ter tido contato com os Coroados (outra denominação dada aos Kaingang);



o que existia, sim, para eles eram muitas estórias, muitos equívocos, medo e muita preocupação. Em seus textos Francisco Cunha descreve um acontecimento que corresponde à época em que havia dado início ao seu trabalho nas terras de Marcondes: assim que chegou a Presidente Prudente o “João do Mato” foi alertado sobre a presença dos “perigosos índios”, mas, isso não o preocupou. Segundo o autor, já havia um boato sobre o que acontecera na noite passada, antes de sua chegada. Um grupo de trabalhadores, que estava por abrir uma estrada no meio do mato, montou um acampamento na clareira para passar a noite. Quando estes homens puseram-se para dormir, escutaram um barulho ensurdecido e assustador no meio da mata e imaginaram um suposto ataque dos índios. Francisco Cunha e um colega de trabalho prepararam dois grupos de picadeiros para iniciar um serviço naquela mesma localidade. Ao anoitecer, fizeram um acampamento na mesma clareira onde aconteceu o tal incidente com os trabalhadores da estrada. A noite tinha sido silenciosa, mas, ao amanhecer, “João do Mato” e o seu grupo de picadeiros haviam notado o desaparecimento do segundo grupo, organizado pelo seu colega. A lembrança do boato sobre os indígenas lhe veio à cabeça. Preocupado, Francisco Cunha preparou rapidamente uma busca aos seus companheiros, que duraria mais de seis horas. Para seu alívio, os trabalhadores perdidos foram encontrados e só se perderam por que estavam procurando água para beber.

Após tudo ter realmente passado soube-se que os trabalhadores, amedrontados daquela noite anterior à chegada de Francisco Cunha, tinham sido acordados por uma vara de queixadas que passaram pisoteando o mato durante a noite e foram confundidos com índios.

### **A Região após o Café**

Posteriormente a região passou por diversas etapas, entre as quais o cultivo de algodão e menta, seguido da pecuária, sendo hoje o rebanho de aproximadamente um milhão de cabeça de gado bovino.

### **Conclusão**

Os resultados ainda são modestos. Além da carga de conhecimentos adquiridos sobre a pré-história e história Kaingang e sobre o período pré-colonial e colonial do estado de São Paulo, obtive também um maior e melhor entendimento sobre o que, até então, acreditamos ser a real história kaingang no Extremo Oeste Paulista, mais especificamente na região que abrange a cidade de Presidente Prudente, deixando bem claro que ainda há muito o que aprender e descobrir. Outro resultado que inicialmente podemos anunciar é a inexistência das heranças indígenas no aspecto étnico-populacional do Pontal. Os Kaingang foram severamente submetidos a extermínios (**etnocídios no período pré-colonial e**

**colonial**), aculturação, e exclusão cultural (**vida em Reserva**) impedidos de realizar suas trocas étnicas com a grande maioria da população local.

Em conseqüência, acreditamos que o elemento cultural indígena do Pontal também fora excluído do prosseguimento de transformação espacial a partir do período Colonial em diante, prevalecendo assim as intervenções dos colonos de cultura ocidentalizada na maior parte do território trabalhado. Isso não significa que os indígenas não tenham o seu espaço modificado, mas sim, que foram inibidos de participar do processo maior de espacialização do contingente geral.

Hoje remanescentes Kaingang estão nas reservas “Índia Vanuire” de Tupã, na de Bauru e na de Ivaí.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente/ 1972*. Tese de Doutorado - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp, Presidente Prudente. 339p.

BORELLI, Silva Helena Simões. *Índios no Estado São Paulo: Resistência e Transfiguração*. 1ª edição. São Paulo: Ed. Yankatu, 1984.

CUNHA, Francisco. *Memórias de um Picadeiro: Crônicas*. 1ª Edição. Presidente Prudente: Ed. Fundação Museu Histórico Municipal de Presidente Prudente. 1980. Vol. 1, 2, 3 e 4.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 9ª Edição. São Paulo: Ed. Edusp, 2001. 659p.

FUNARI, Pedro Paulo e NOELLI, Francisco Silva. *Pré-História do Brasil*. 1ª edição. São Paulo: Ed Contexto, 2002

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura, um conceito antropológico*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 2002.

LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente/1972*. Tese de Mestrado FCT, Unesp, Presidente Prudente.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 1ª edição. São Paulo: Ed Hucietec, 1997.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Os Nômades: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo 1850 a 1912/1992*. 335 folhas. Tese de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis.

PINHEIRO, Niminon Suzel. *Vanuíre: Conquista, Colonização e Indigenismo: Oeste Paulista 1912 – 1967/ 1999*. 292 folhas. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Assis.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 5ª edição. São Paulo: Ed Hucietec, 1997.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 1ª edição. São Paulo: Ed Hucietec, 1988.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.